

com a obra que estamos apresentando e cujo autor, como magistrado do trabalho e tratadista deste ramo de direito, na sua obra anterior, «*Traçado elemental de Derecho de Trabajo*», tem dobrada autoridade prática e doutrinária sobre a matéria.

A obra não é, assim, um mero comentário literal ou amontoado de arestos; antes atinge a verdadeira dignidade de tratado, pois contém uma parte geral onde são largamente estudados a teoria geral, a história da legislação e o direito comparado sobre acidentes de trabalho.

O título relativo aos acidentes de trabalho ocupa-se de conceitos fundamentais; reparação dos acidentes; apuramento de responsabilidades; intervenção do Estado na efectivação dos direitos derivados dos acidentes; prevenção dos acidentes e prescrição da acção. Segue-se o título referente às enfermidades profissionais, que abrange o estudo do conceito e problemas das doenças profissionais em Espanha.

Tôdas estas matérias estão subdivididas com a mais rigorosa sistematização, com uma minúcia que não exclui a clareza, e expostas com um feliz e raro equilíbrio entre a teoria, representada pela opinião dos tratadistas, e a prática, representada pelas decisões dos tribunais.

A obra tem um reportório alfabético por assuntos, comodidade de grande importância pela facilidade de consulta que proporciona, e que tam raras vezes figura nos nossos livros. Tem também, como aliás muitas edições da *Editorial Revista de Derecho Privado*, uma lista bibliográfica das obras consultadas, que nos dá mais uma vez o desprazer de verificar que nela não figura nenhum autor português e nos confirma, assim, no reconhecimento da urgente necessidade dum intercâmbio cultural jurídico mais intenso entre os dois países peninsulares, que nem sequer têm entre si o obstáculo de idiomas mutuamente incompreensíveis.

Em resumo: trata-se de uma obra não só muito bem feita mas muito útil e até muito necessária, o que nem sempre se pode dizer de tôdas as obras jurídicas.

A. P. C.

### «RECURSOS — Regime Jurídico no Código de Processo Civil — vol. 2.<sup>o</sup>»

*Pelo advogado Dr. Carlos Homem de Sá  
e pelo Chefe de secção Judicial Alfredo  
Pinto do Souto — 194 páginas — Deposi-  
tária, Livraria Morais — 1945.*

Este 2.<sup>o</sup> volume dos *Recursos*, da autoria do distinto advogado Sr. Dr. Homem de Sá, e do não menos distinto chefe de Secção Judicial, Sr. Alfredo Pinto do Souto, confirma em absoluto a excelente impressão criada pelo 1.<sup>o</sup> volume da obra.

Escrito em linguagem clara, suscitando e resolvendo com inteligência e saber os problemas de que se ocupa, abordando assuntos cujo interesse é manifesto — o livro a que nos referimos é uma obra necessária a todos os que lidam nos Tribunais.

Estuda-se neste volume «matéria referente ao regime de recursos das excepções, nulidades, incidentes da instância, processos preventivos e conservatórios e exe-

ções, levando no final quadros sinópticos e um índice alfabético e remissivo, que muito facilitam a consulta.

É de desejar que os volumes seguintes sejam rapidamente publicados, para se ficar possuindo um trabalho completo sobre a matéria de recursos; trabalho sem preocupações doutrinárias nem alardes de erudição — mas sério, objectivo e prático.

A. P. C.

### «ELEIÇÕES DAS JUNTAS DE FREGUESIA» — Legislação actualizada e anotada

*Pelo Dr. António Luis da Costa Rodrigues — 60 páginas  
Coimbra Editora, Limitada — 1945.*

Esta pequena colectânea organizada pelo Sr. Dr. Costa Rodrigues, ilustre Secretário do Governo Civil de Coimbra, é um livrinho que, se não aumenta a nomeada do seu autor, também a não desmerece.

Logo no prefácio êle acentua, de resto, que quiz compôr apenas um «auxiliar das eleições políticas e das eleições das autarquias locais».

Tal objectivo conseguiu-o, sem a mais leve sombra de dúvida: — os textos legais — arts. 196.º a 246.º do Código Administrativo — são acompanhados de anotações breves e claras; e a brochura é ainda completada com quadros das operações do recenseamento e da eleição, e vários modelos de requerimentos e actas, de manifesta utilidade.

A. P. C.

\*  
\* \* \*

Também recebemos e agradecemos:

*DR. CAMARATE DE CAMPOS* — A interpretação e a aplicação do art. 1.761.º do Código Civil — Alegação em recurso de revista.

*DRS. ADRIANO JARDIM E JOÃO ANTÓNIO DE OLIVEIRA REBOREDO* — Notas ao Código das Custas Judiciais — fascículo 2.º.

## REVISTAS

«Revista de Direito e de Estudos Sociais» — Ano I, n.º 2 e 3 — Coimbra, Junho e Agosto de 1945

N.º 2, Junho de 1945

SUMÁRIO :

PAULO CUNHA — Sobre a função preventiva dos embargos de terceiro.

ANSELMO DE GASTRO — Depósito do triplo da renda.

APONSO RODRIGUES QUERÓ — Notas sobre o contencioso de normas administrativas (cont.).